

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos a V.S. as Demonstrações Contábeis do exercício de 2015 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul-Litorânea do Espírito Santo – Sicoob Sul Litorânea em milhares de reais, na forma da legislação em vigor. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site Sicoob ES (www.sicoobes.com.br)

1) Política Operacional

Em 2015, o Sicoob Sul Litorâneo completou 25 anos, mantendo a vocação de instituição financeira cooperativa muito atrativa para investimentos e para obtenção de crédito. A atuação junto aos Associados se dá pela captação de depósitos, pela concessão de empréstimos e pela prestação de serviços financeiros.

2) Nosso Desempenho**2.1) Retornos**

ROE/ROA	Em Milhares R\$		p.p
	Jan a Dez/2015	Jan a Dez/2014	
Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio – anualizado	28,55	27,58	0,97
Retorno sobre Ativo Médio - anualizado	5,90	5,53	0,37

2.2) Resultado

Demonstração do Resultado do Período	Em Milhares R\$		Var.
	Jan a Dez/2015	Jan a Dez/2014	
Resultado da intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	20.727	16.952	22,27
Despesa de prov. para Créditos de Liquid.Duvidosa	4.329	3.024	43,15
Receita de recup.de Créditos Baixados como Prejuízo	796	505	57,62
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas	4.869	4.419	10,18
Receitas com Ato Não Cooperativo	1.275	1.247	2,25
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	15.582	13.900	12,10
Despesas Tributárias	224	176	27,27
Resultado de Participações e outras receitas operacionais e resultado não operacional	998	2.136	-53,28
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	6.171	3.778	63,34
Juros ao Capital	3.796	2.509	51,30
Sobras do exercício	12.234	9.559	27,98

Contribuíram para a evolução do Sobre do exercício de 2015:

Receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias: aumento de 10,18%, o resultado da intermediação financeira cresceu 22,27%, a receita com recuperação de prejuízo cresceu 57,62% e a receitas com ato não Cooperativo aumentou 2,25% em relação ao mesmo período de 2014.

Quanto as despesas, ocorreu uma variação do grupo de despesas com pessoal e administrativas, em relação ao mesmo período de 2014, de 12,10%.

Houve um aumento de 63,34% na receita de ingressos de depósito intercooperativos, que são os rendimentos que a Cooperativa recebeu do Sicoob Central ES pela centralização da administração financeira dos recursos.

A relação entre as receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias frente as despesas de pessoal, outras despesas administrativas e operacionais foi de 31%.

Foi pago para os associados em 2015 o valor de R\$ 3.796 mil referente a juros ao capital, que é 51,30 % maior do que o pago no exercício anterior.

A Sobre do exercício teve um crescimento significativo de 27,98% em relação ao mesmo período de 2014.

2.3) Dados Patrimoniais

Balanco Patrimonial	Em Milhares R\$		%
	Jan a Dez/2015	Jan a Dez/2014	
Ativos Totais	222.335	179.193	24,08
Centralização Financeira	62.662	26.448	36,93
Carteira de Crédito	146.889	141.088	4,11
Depósitos	135.583	103.543	30,94
Patrimônio Líquido	53.401	43.561	22,59
Patrimônio de Referência (PR)	53.396	39.519	35,11

Os destaques para o crescimento da Cooperativa no exercício de 2015

O total de ativos atingiu R\$ 222.335 mil ao final de dezembro de 2015, com crescimento de 24,08% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo da carteira de crédito, atingiu R\$ 146.889 mil, com crescimento de 4,11% em relação a 31 de dezembro de 2014.

Os depósitos obtiveram um aumento de 30,94% considerando o mesmo período de 2014, atingindo no final do exercício de 2015 o montante de R\$ 135.583 mil.

O patrimônio líquido cresceu 22,59% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$ 53.401 mil.

Em 31/12/2015 a inadimplência acima de 90 dias foi de 5,49%, percentual inferior ao verificado no mercado.

2.3.1) Carteira de crédito por produto e segregação de PF e PJ

Carteira de Crédito	Em Milhares R\$							
	31/12/2015			31/12/2014			Variação	
	PF	PJ	Total	PF	PJ	Total	Valor total	% Total
Crédito Rural	20.413	389	20.802	22.950	303	23.253	-2.451	-10,54%
Empréstimos	30.520	69.906	100.426	31.344	64.995	96.339	4.087	4,24%

	Títulos descont.	5.981	15.612	21.593	4.858	12.377	17.235	4.358	25,29%
Conta Corrente	1.784	2.284	4.068	1.704	2.557	4.261	-193	-4,53%	
Total	58.698	88.191	146.889	60.856	80.232	141.088	5.801	4,11%	

3) Pessoas

Contávamos com 77 colaboradores no final do exercício de 2015, desses 92% possuem ensino superior e 45% com Certificação Profissional ANBINA (CPA). A remuneração fixa dos nossos colaboradores e diretores, somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R\$ 7.049 mil no exercício corrente.

4) Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados. A Cooperativa realiza também todas as consultas cadastrais e faz a avaliação do associado por meio do Rating (avaliação por pontos), buscando, assim, garantir ao máximo a liquidez das operações.

É adotada ainda a política de classificação de risco de crédito da carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682. No exercício de 2015, houve uma concentração de 93,09% nos níveis de risco "AA" a "C".

5) Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução e fortalecimento dos princípios e objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara segregação de funções. Cabem ao Conselho de Administração, órgão superior da administração da cooperativa eleito pelos Associados, as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa é monitorada periodicamente quanto à efetivação dos controles internos. Tal monitoramento é realizado pelo Sicoob Central ES que a partir de janeiro de 2011, centralizou esse serviço adotando padrão de qualidade e atuação compatível com a realidade de nossas atividades, sistemas, produtos e serviços. Integra ainda a área de fiscalização a auditoria interna realizada periodicamente por auditor do Sicoob Central ES cuja metodologia e procedimentos aplicados seguem as políticas e manuais aprovados no sistema.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditores externos, que emitem relatórios conclusivos os quais são levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria sendo emitidos pareceres para conhecimento da Assembleia Geral. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe tal competência, além da autorização de funcionamento.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa utiliza várias ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito é adotado o Manual de Crédito, desenvolvido, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confe-

deração, homologado pelo Sicoob Central ES, aprovado e instituído pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Além do Estatuto Social, são seguidos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regulamento do Conselho de Administração, o Regulamento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral e o Código de Ética.

A cooperativa ainda adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de carreira que contempla a remuneração adequada, a segregação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos Associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6) Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 2 anos, é um órgão independente da administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representante dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

7) Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do Sicoob ES aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

8) Sistema de Ouvidoria

O Sicoob ES conforme previsto na Resolução 3.849 de 25/03/2010 o Conselho Monetário Nacional trabalha com sistema de ouvidoria centralizado e estrutura compartilhada com o Bancoob.

No exercício de 2015, a Ouvidoria da Cooperativa registrou 15 demandas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos por esta cooperativa.

Dessas demandas, as 12 foram classificadas procedentes e todas resolvidas antes do prazo legal estabelecido, que é de (quinze) dias, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

9) Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos associados pela preferência e pela confiança depositada em nossa Cooperativa de crédito e na nossa Administração.

Alfredo Chaves – ES, 31 de janeiro de 2016.

Conselho de Administração.**BALANÇO PATRIMONIAL (EM 31/12/2015 E DE 2014 | EM MILHARES DE R\$)**

ATIVO	Nota	31/12/2015		31/12/2014	
		159.248	122.171	155.047	119.632
Circulante					
Disponibilidades		2.752	1.373		
Títulos e Valores Mobiliários	3	744	374		
Carteira Própria		744	374		
Relações Interfinanceiras	4	62.662	26.448		
Centralização Financeira - Cooperativas		62.662	26.448		
Operações de Crédito	5	91.480	93.260		
Empréstimos e Títulos Descontados		87.669	85.711		
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		10.874	11.830		
(-) Provisão para Operações de Crédito		(7.063)	(4.281)		
Outros Créditos	6	1.441	696		
Rendas a Receber		901	452		
Diversos		540	244		
Outros Valores e Bens	7	169	20		
Outros Valores e Bens		162	4		
Despesas Antecipadas		7	16		
Não Circulante		63.087	57.022		
Realizável a Longo Prazo		54.274	49.359		
Títulos e Valores Mobiliários	3	4.987	4.863		
Carteira Própria		4.987	4.863		
Operações de Crédito	5	48.346	43.547		
Empréstimos e Títulos Descontados		38.418	32.124		
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		9.928	11.423		
Outros Créditos	6	941	949		
Diversos		941	949		
Permanente		8.813	7.663		
Investimentos	8	7.242	5.949		
Participações em Cooperativas		7.242	5.949		
Imobilizado de Uso	9	1.478	1.173		
Outras Imobilizações de Uso		3.417	2.454		
(-) Depreciações Acumuladas		(1.939)	(1.281)		
Intangível	10	93	119		
Ativos Intangíveis		262	261		
(-) Amortização Acumulada		(169)	(142)		
Diferido	11		422		
Gastos de Organização e Expansão		33	709		
(-) Amortização Acumulada		(33)	(287)		
TOTAL		222.335	179.193		

PASSIVO	Nota	31/12/2015		31/12/2014	
		155.047	119.632	135.583	103.543
Circulante					
Depósitos	12	135.583	103.543		
Depósito à Vista		31.386	28.153		
Depósito Sob Aviso		1.330	1.410		
Depósito a Prazo		102.867	73.980		
Relações Interfinanceiras		7.945	3		
Repasses Interfinanceiros	13.1	7.934	-		
Correspondentes		11	3		
Relações Interdependências		1.053	-		
Recursos em Trânsito de Terceiros	14	1.053	-		
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	13.2	4.350	10.737		
Empréstimo no País - Outras Instituições		4.350	10.737		
Outras Obrigações		6.116	5.349		
Cob. e Arrec. de Trib. e Assemelhados	15.3	39	18		
Sociais e Estatutárias	15.1	3.399	2.315		
Fiscais e Previdenciárias	15.2	390	720		
Diversas	15.3	2.288	2.296		
Não Circulante		13.887	16.000		
Exigível a Longo Prazo					
Relações Interfinanceiras	13.1	12.915	-		
Repasse Interfinanceiros		12.915	-		
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	13.2	-	15.017		
Empréstimo no País - Outras Instituições		-	15.017		
Outras Obrigações	15.3	972	983		
Diversas		972	983		
Patrimônio Líquido	17	53.401	43.561		
Capital Social		31.887	25.635		
De Domiciliados no País		32.035	25.706		
(-) Capital a Realizar		(148)	(71)		
Reserva de Sobras		17.337	14.299		
Sobras Acumuladas		4.177	3.627		
TOTAL		222.335	179.193		

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS (EM 31/12/2015 E DE 2014 | EM MILHARES DE R\$)

	Nota	2º SEM. 2015	31/12/2015	31/12/2014
Ingressos da Intermediação Financeira		18.038	34.402	26.107
Operações de Crédito		17.667	33.726	25.566
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros		371	676	541
Dispêndios da Intermediação Financeira		(9.539)	(18.004)	(12.179)
Operações de Captação no Mercado		(6.937)	(12.139)	(8.012)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	13.3	(831)	(1.536)	(1.143)
Provisão para Operações de Créditos		(1.771)	(4.329)	(3.024)
Resultado Bruto Intermediação Financeira		8.499	16.398	13.928
Outros Ingressos/Rec. (Dispêndios/Desp.) Operacionais		(1.709)	(3.758)	(3.744)
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços		1.065	2.069	1.720
Rendas (Ingressos) de Tarifas		1.447	2.800	2.699
Dispêndios/Despesas de Pessoal		(3.517)	(7.049)	(6.458)
Outras Dispêndios/Despesas Administrativas		(3.660)	(6.812)	(5.819)
Dispêndios/Despesas Tributárias		(127)	(224)	(176)
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		3.801	6.171	3.778
Outros Ingressos/Rendas Operacionais	20	702	1.008	2.135
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	21	(1.420)	(1.721)	(1.623)
Resultado Operacional		6.790	12.640	10.184
Resultado Não Operacional	22	-	(9)	1
Resultado Antes da Tributação e Participações		6.790	12.631	10.185
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-	(269)
Participações nos Resultados de Empregados		(209)	(398)	(357)
Sobras / Perdas antes das Destinações		6.581	12.233	9.559
Destinações legais e Estatutárias		-	(4.260)	(3.423)
F.A.T.E.S.		-	(1.222)	(785)
Reserva Legal		-	(3.038)	(2.638)
Resultado antes do Juros ao Capital		6.581	7.973	6.136
Juros ao Capital	19	(3.796)	(3.796)	(2.509)
Sobras / Perdas Líquidas		2.785	4.177	3.627

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (EM 31/12/2015 E DE 2014 | EM MILHARES DE R\$)

Eventos	Capital		Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acum.	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar			
Saldo em 31/12/13	20.853	(35)	11.661	2.741	35.220
Destinação de Sobras Exercício Anterior:					
Ao Capital	2.740			(2.740)	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados				(1)	(1)
Movimentações de Capital:					
Por Subscrição/Realização	1.279	(36)			1.243
Por Devolução (-)	(1.264)				(1.264)
Sobras ou Perdas Líquidas				9.559	9.559
Provisão de Juros ao Capital				(2.509)	(2.509)
Subscrição do Juros ao Capital	2.467				2.467
IRRF sobre Juros ao Capital	(369)				(369)
Fates Atos Não Cooperativos				(455)	(455)
Destinação das Sobras do Exercício:					
Fundo de Reserva			2.638	(2.638)	-
FATE S				(330)	(330)
Saldos em 31/12/14	25.706	(71)	14.299	3.627	43.561
Saldo em 31/12/14	25.706	(71)	14.299	3.627	43.561
Destinação de Sobras Exercício Anterior:					
Ao Capital	3.616			(3.616)	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados				(11)	(11)
Movimentações de Capital:					
Por Subscrição/Realização	1.313	(77)			1.236
Por Devolução (-)	(1.559)				(1.559)
Sobras ou Perdas Líquidas				12.233	12.233
Provisão de Juros ao Capital				(3.796)	(3.796)
Subscrição do Juros ao Capital	3.736				3.736
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(720)				(720)
IRRF sobre Juros ao Capital	(57)				(57)
Fates Atos Não Cooperativos				(842)	(842)
Destinação das Sobras do Exercício:					
Fundo de Reserva			3.038	(3.038)	-
FATE S				(380)	(380)
Saldos em 31/12/15	32.035	(148)	17.337	4.177	53.401
Saldo em 30/06/15	29.375	(103)	14.299	5.652	49.223
Movimentações de Capital:					
Por Subscrição/Realização	677	(45)			632
Por Devolução (-)	(976)				(976)
Sobras ou Perdas Líquidas				6.581	6.581
Provisão de Juros ao Capital				(3.796)	(3.796)
Subscrição do Juros ao Capital	3.736				3.736
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(720)				(720)
IRRF sobre Juros ao Capital	(57)				(57)
Fates Atos Não Cooperativos				(842)	(842)
Destinação das Sobras do Exercício:					
Fundo de Reserva			3.038	(3.038)	-
FATE S				(380)	(380)
Saldos em 31/12/15	32.035	(148)	17.337	4.177	53.401

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (EM 31/12/2015 E DE 2014 | EM MILHARES DE R\$)

DESCRIÇÃO	2º SEMESTRE 2015	31/12/2015	31/12/2014
Atividades Operacionais			
Sobras/Perdas do Exercício Antes da Tributação	6.790	12.631	10.185
IRPJ / CSLL	-	-	(269)
Participações nos Resultados de Empregados	(209)	(398)	(357)
Depreciações e Amortizações	235	455	390
Provisão de Juros ao Capital	(3.796)	(3.796)	(2.509)
Provisão para perda com operações de crédito	1.771	4.329	3.024
Resultado das baixas por obsolescência do Ativo Imobilizado	2	2	-
Resultado da venda de Ativo Imobilizado	-	-	(15)
	4.793	13.223	10.449
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Titulos e Valores Mobiliários	(421)	(494)	(1.152)
Relações Interfinanceiras	37	-	-
Operações de Crédito	2.973	(7.347)	(32.064)
Outros Créditos	(331)	(737)	(105)
Outros Valores e Bens	45	(149)	80
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos a Vista	3.129	3.233	4.896
Depósitos sob Aviso	(13)	(80)	(308)
Depósitos a Prazo	6.487	28.887	8.147
Outras Obrigações	1.364	695	849
Relações Interfinanceiras	20.857	20.857	3
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(24.091)	(21.404)	4.166
Relações Interdependências	1.053	1.053	-
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	15.882	37.737	(5.039)
Atividades de Investimentos			
Recebimento de Venda Imobilizações de Uso	-	-	16
Aplicação no Intangível	-	-	(15)
Aplicação no Diferido	-	(38)	(31)
Inversões em Imobilizado de Uso	(35)	(276)	(419)
Inversões em Investimentos	(347)	(1.293)	(1.058)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(382)	(1.607)	(1.507)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	632	1.236	1.243
Devolução de Capital à Cooperados	(976)	(1.559)	(1.264)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	-	(11)	(1)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	(842)	(842)	(455)
FATES Sobras Exercício	(380)	(380)	(330)
Juros ao Capital à Pagar Ex-associados	60	60	36
Subscrição do Juros ao Capital	3.736	3.736	2.467
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(720)	(720)	-
IRRF sobre Juros ao Capital	(57)	(57)	(369)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	1.453	1.463	1.327
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	16.953	37.593	(5.219)
Modificações em Disponibilidades Líquida			
No Início do Período	48.461	27.821	33.040
No Fim do Período (Nota 3 - c)	65.414	65.414	27.821
Varição Líquida das Disponibilidades	16.953	37.593	(5.219)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS (EM 31/12/2015 E DE 2014 | EM MILHARES DE R\$)

A COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO SUL-LITORANEA DO ESPIRITO SANTO - SICOOB SUL-LITORÂNICO, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 28 de outubro de 1989, filiada à **CCC DO ESPIRITO SANTO – SICOOB CENTRAL ES** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB SUL-LITORÂNICO** possui 7 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **ICONHA - ES, PIUMA - ES, GUARAPARI - ES, ANCHIETA - ES, ITAPEMIRIM - ES**

O **SICOOB SUL-LITORÂNICO** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

Em 2006 ocorreu a transformação do **SICOOB SUL-LITORÂNICO** para entidade de "Livre Admissão de Associados"; aprovada junto ao Banco Central do Brasil - BACEN em 15 de maio de 2007.

1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração da Cooperativa e foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consideradas as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

As demonstrações contábeis são uniformes em relação aos exercícios apresentados, sendo as possíveis mudanças de critérios ocorridas demonstrada em nota específica. Também foram revisadas e aprovadas pela administração ou pelo Conselho de Administração, em sua reunião datada de 15/01/2016.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Resolução CMN nº 3.823/2009 e CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis - Resolução CMN nº 1.376/2011.

2. Resumo das principais práticas contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS (EM 31/12/2015 E DE 2014 | EM MILHARES DE R\$)

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro-rata temporis" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear.

As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e depósitos bancários	2.752	1.373
Relações interfinanceiras - centralização financeira	62.662	26.448
TOTAL	65.414	27.821

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "pro-rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

A apropriação dos juros é interrompida após vencidas há mais de 60 dias. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 introduziram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Diferido

O ativo diferido foi constituído pelas benfeitorias realizadas nas propriedades de terceiros, e pelos softwares adquiridos, registrados pelos custos

incorridos nas benfeitorias e pelo custo de aquisição, respectivamente, e classificados nessa conta conforme determinação do COSIF. Esses gastos estão sendo amortizados pelo método linear no período de 05 anos.

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.617/2008, devem ser registrados no ativo diferido, exclusivamente, os gastos que contribuirão para o aumento do resultado de mais de um exercício social.

j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

k) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

l) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro-rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos (Art. 183 Decreto 3.000/1999). O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação (Art. 182 Decreto 3.000/1999).

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos - impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de Dezembro de 2015 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de Dezembro de 2015

3. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo custo acrescido dos

rendimentos ou valor de realização.

A Circular CMN nº 3.068, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Título De Renda Fixa	5.731	5.237
TOTAL	5.731	5.237

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários - CDI, no SICOOB CENTRAL ES, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI. Tal recurso refere-se a operações que estão vinculadas ao Acordo de Compensação assinado entre a Cooperativa e o Bancoob com o objetivo de mitigação de risco de crédito, sendo seus vencimentos correspondentes aos vencimentos dos contratos de repasse do crédito rural.

4. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Centralização Financeira - Cooperativas	62.662	26.448
TOTAL	62.662	26.448

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL ES.

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2015			31/12/2014
	Circ.	Não Circ.	Total	
Adiantamento a Depositante	290	-	290	363
Empréstimos	60.177	32.627	92.804	84.460
Títulos Descontados	21.593	-	21.593	17.236
Financiamentos	5.609	5.791	11.400	15.776
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	10.874	9.928	20.802	23.253
(-) Provisões para Operações de Crédito	(7.063)	-	(7.063)	(4.281)
TOTAL	91.480	48.346	139.826	136.807

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empr. / TD	A/D / Cheque Especial / Conta Garant.	Financ.	Financ. Rurais	31/12/2015		31/12/2014		
					Total 31/12 2015	Prov. 31/12 2015	Total 31/12 2014	Prov. 31/12 2014	
AA -	Nor.	830	0	0	30	860		1.457	
A	0.5% Nor.	35.139	69	5.176	3.148	43.532	217	47.916	240
B	1% Nor.	52.799	2.318	3.576	15.878	74.571	746	63.158	632
B	1% Venc.	433	4	550	85	1.072	11	3.170	32
C	3% Nor.	9.664	931	1.043	1.450	13.088	392	17.460	524
C	3% Venc.	3.104	14	480	25	3.623	109	1.267	38
D	10% Nor.	1.060	301	5	42	1.408	141	2.174	217
D	10% Venc.	820	44	274	0	1.138	114	659	66
E	30% Nor.	591	39	0	0	630	189	232	70
E	30% Venc.	1.425	16	119	0	1.560	468	361	108
F	50% Nor.	393	76	5	21	495	247	80	40
F	50% Venc.	627	24	16	0	667	333	1.553	776
G	70% Nor.	281	25	0	0	306	214	32	22
G	70% Venc.	166	13	12	0	191	134	178	125
H	100% Nor.	411	106	0	9	526	526	298	298
H	100% Venc.	2.875	88	145	114	3.222	3.222	1.093	1.093
Total Normal		101.168	3.865	9.805	20.579	135.416	2.673	132.807	2.043
Total Vendidos		9.450	203	1.596	223	11.473	4.390	8.281	2.238
Total Geral		110.619	4.068	11.400	20.802	146.889	7.063	141.088	4.281
Provisões		(5.992)	(374)	(340)	(357)	(7.063)		4.281	
Total Líquido		104.626	3.694	11.061	20.445	139.826		136.807	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	25.046	31.354	32.626	89.026
Títulos Descont.	20.217	1.376	0	21.593
Financiamentos	1.780	3.829	5.791	11.400
Financ. Rurais	1.855	9.018	9.929	20.802
TOTAL	48.898	45.577	48.346	142.821

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empr. / Financ.	Título Descont.	Crédito Rural	31/12 2015	% da Cart.
Setor Privado - Comércio	1.108	30.483	5.502	0	37.093	25%

Setor	18	314	94	0	426	0%
- Indústria						
Setor Privado - Serviços	1.084	37.352	9.878	0	48.314	33%
Pessoa Física	1.784	30.520	5.980	20.413	58.697	40%
Outros	74	1.757	139	389	2.359	2%
TOTAL	4.068	100.426	21.593	20.802	146.889	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Saldo Inicial	4.281	2.791
Constituições	4.329	3.024
Transferência para prejuízo	(1.547)	(1.534)
TOTAL	7.063	4.281

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12 2015	% Cart. Total	31/12 2014	% Cart. Total
Maior Devedor	4.576	3,12	4.650	3,30%
10 Maiores Devedores	32.180	21,91	29.141	20,65%
50 Maiores Devedores	62.246	42,38	56.983	40,39%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Saldo inicial	4.959	3.905
Valor das operações transferidas no período	1.547	1.534
Valor das operações recuperadas no período	(796)	(482)
Valor dos juros recebidos nas operações recuperadas	99	42
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(115)	(40)
TOTAL	5.694	4.959

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2015	31/12/2014
Rendas A Receber	901	452
Serviços Prestados a Receber	125	12
Outras Rendas a Receber (a)	776	440
Diversos	1.481	1.193
Adiantamentos e Antecipações Salariais	15	32
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	16	-
Devedores por Depósitos em Garantia (b)	941	949
Impostos e Contribuições a Compensar (c)	289	-
Pagamentos a Ressorcir	1	1
Títulos e Créditos a Receber	169	138
Devedores Diversos - País	50	73
TOTAL	2.382	1.645

(a) A maior representatividade desse grupo refere-se a Centralização financeira no montante de R\$ 701 mil

(b) Em Devedores por Depósito em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: PIS sobre Ato Cooperativos (R\$ 149), COFINS sobre Ato Cooperativos (R\$ 784) e outros (R\$ 8).

(c) Montante refere-se a impostos federais a serem compensados.

7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Bens Não de Uso Próprio	160	0
Material em Estoque	2	4
Despesas Antecipadas	7	16
TOTAL	169	20

a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente a bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes a prêmios de seguros e outros.

8. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
-----------	------------	------------

NOTAS EXPLICATIVAS (EM 31/12/2015 E DE 2014 | EM MILHARES DE R\$)

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014	Taxa Depr.
Imobilizado em Curso	4	220	*
Instalações	1.222	263	10%
Móveis e equip.de Uso	814	737	10%
Sistema de Comunicação	55	31	10%
Sist.de Proce.s de Dados	853	771	20%
Sistema de Segurança	324	287	10%
Sistema de Transporte	145	145	20%
(-) Total Depr. Acumulada	-1.939	-1.281	
TOTAL	1.478	1.173	

(*) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

10. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Outros Ativos Intangíveis	262	261
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	-169	-142
TOTAL	93	119

O valor registrado na rubrica "Intangível", refere-se a licenças de uso do Sistema de Informática do Sicoob - SISBR, adquiridas em 01/06/2009, da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação. Na mesma data, a Central cedeu exclusivamente às suas filiais (cooperativas singulares associadas), devidamente autorizado pelo Sicoob Confederação, com prazo de até 31 de maio de 2019, o direito de uso do SISBR.

11. Diferido

Nesta rubrica registram-se as benfeitorias realizadas nas propriedades de terceiros, substancialmente, instalações e reforma de PAs.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Gastos em Imóveis de Terceiros	27	703
Gastos com Aquisição e Desenvolvimento de Logísticas	6	6
(-) Amortização Acumulada do Diferido	-33	-287
TOTAL	0	422

12. Depósitos

Composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré fixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Depósito à Vista	31.386	28.153
Depósito Sob Aviso	1.330	1.410
Depósito a Prazo	102.867	73.980
TOTAL	135.583	103.543

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantido pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº 4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	31/12/2015	% Cart. Total	31/12/2014	% Cart. Total
Maior Depositante	7.116	5,35	6.282	6,16%
10 Maiores Depositantes	29.229	21,96	19.536	19,15%
50 Maiores Depositantes	50.946	38,27	36.527	35,80%

Foi instituído no Sicoob Central ES o FGF - Fundo de Garantia e Fomento do Sicoob Espírito Santo, que objetiva fortalecer as cooperativas filiadas ao Sicoob Central ES, disponibilizando recursos para: a cobertura adicional nos termos do FGCoop até o limite de R\$ 100 (cem mil) por CPF/CNPJ; expansão dos negócios pela abertura e modernização de pontos de atendimento e incorporação, fusão ou liquidação judicial ou extrajudicial de cooperativas filiadas.

13. Relações Interfinanceiras e Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras

para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiários.

No segundo semestre de 2015 os recursos de repasse contratos com o Bancoob e Sicoob Central ES foram reclassificados de obrigações por empréstimos e repasses para o grupo de relações interfinanceiras, para melhor adequação a natureza dos contratos.

13.1 Relações Interfinanceiras:

Instituições	Taxa	Venc.	31/12/2015		31/12/2014
			Circ. Até 1 ano	Não Circ. Acima de 1 ano	
BANCOOB	Div.	Div.	7.836	11.602	-
Sicoob Central ES	Div.	Div.	98	1.313	-
Total			7.934	12.915	-

13.2 Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Instituições	Taxa	Venc.	31/12/2015		31/12/2014
			Circ. Até 1 ano	Não Circ. Acima de 1 ano	
Sicoob Central ES	Div.	Div.	4.350	-	2.407
BANCOOB	Div.	Div.	-	-	23.347
Total			4.350	-	25.754

13.3 Resultado das Relações Interfinanceiras / Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
BANCOOB	990	895
Sicoob Central ES	546	248
Total	1.536	1.143

14. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	1.052	-
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	1	-
Total	1.053	-

Trata-se de cheques emitidos contra ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil

15 Outras Obrigações
15.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Provisão p/ Particip.s Nos Lucros (a)	356	357
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (b)	2.055	1.192
Gratificações a Dirigentes (c)	70	0
Cotas De Capital A Pagar (d)	918	766
TOTAL	3.399	2.315

(a) Consubstanciada pela Lei 10.101/00, e acordo coletivo, a cooperativa provisionou o montante de R\$ 356 (trezentos e cinquenta e seis mil), a título de participação dos empregados nos resultados, com o pagamento efetivado em 29/01/16.

(b) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

(c) Refere-se a gratificações de produtividade de dirigentes a pagar.

(d) Refere-se a cotas de capital a devolver de associados desligados.

15.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Impostos E Contrib.Sobre Lucros A Pagar	0	83
Impostos e contribuições a recolher	390	637
TOTAL	390	720

15.3 Diversas

Descrição	2015	2014
Cheques Administrativos	0	362
Despesas de Pessoal	448	441
Outras Despesas Administrativas (a)	335	499
Cheques Descontados (b)	439	400
Obrig. por Aquisição De Bens e Direitos	3	0
Obrigações por Prest. de Serviços de pag. (c)	478	489
Cobranças e Arrecad. de Tributos e Asssem.	39	18
Credores Diversos - País (d)	444	105
Provisão para Garantias Prestadas	141	-

Provisão Para Passivos Contingentes	972	983
TOTAL	3.299	3.297

(a) Refere-se a provisão para pagamento de despesas com alugueis R\$ 4 mil, alugueis R\$ 37 mil, custódia de valores R\$ 5 mil, comunicações R\$ 48 mil, propaganda e publicidade R\$ 2 mil, segurança e vigilância R\$ 2 mil, manutenção e conservação de bens R\$ 1 mil, transporte R\$ 19 mil, seguro R\$ 82 mil, plano de saúde R\$ 2 mil, compensação R\$ 79 mil, seguros a recolher R\$ 1mil, provisão de despesas com cartões R\$ 41 mil, outras R\$ 12 mil;

(b) Refere-se a cheques depositados relativo a descontos enviados a compensação, porém não baixados até a data-base de 31/12/2015;

(c) Refere-se aos convênios de folhas de pagamento com empresas associadas;

(d) A maior representatividade refere-se a valor a ser repassada para o Sicoob Central ES R\$ 308 mil, cobranças em liquidação 16 mil, pendências R\$ 101 mil e outras R\$ 19 mil.

(e) Considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida, foram constituídas as seguintes provisões:

Descrição	2015		2014	
	Prov. p/ conting.	Dep. judiciais	Prov. p/ conting.	Dep. judiciais
PIS (a)	149	149	142	142
COFINS (a)	784	784	732	732
INSS	-	-	75	75
Outras (b)	39	8	34	-
Total	972	941	983	949

a) PIS e COFINS - quando do advento da lei no. 9.718/98, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 a dezembro de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em garantia;

b) Os valores depositados em juízo, pertinentes ao processo do INSS sobre cédulas de presença, foram convertidos em pagamento definitivo após decisão final do processo;

c) Refere-se a processo trabalhista e de dano material.

16. Instrumentos financeiros

O SICOOB SUL- LITORÂNEO opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

17. Patrimônio líquido
a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Capital Social	31.887	25.635
Associados	12.555	11.641

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 40%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 12 de fevereiro de 2015, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, no valor de R\$ 3.627 mil.

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2015	2014
Sobra líquida do exercício	8.437	7.050
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(842)	(454)
Lucro líquido decorrente do resultado não operacional apropriado ao FATES	-	(1)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	7.595	6.595

Destinações estatutárias		
Reserva legal - 40%	(3.038)	(2.638)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(380)	(330)
Sobra à disposição da Assembléia Geral	4.177	3.627

18. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Receita de prestação de serviços	1.441	1.247
Despesas específicas de atos não cooperativos	(168)	(150)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(422)	(373)
Resultado Não Operacional	(9)	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	842	724
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	842	454

19. Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou pagamento de juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC. O referido pagamento foi demonstrado na Demonstração de Sobras ou Perdas - DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Juros ao Capital	3.796	2.509
IRRF sobre juros ao capital	(57)	(375)
Juros ao Capital - Associados	(60)	(36)
Desligados		
Creditado em Conta Corrente (a)	(720)	-
Valor incorporado a conta capital (a)	2.959	2.098

(a) Na mesma data do pagamento do juros ao capital incorporado, parte dele foi devolvido e creditado na conta corrente do associado, no montante de R\$ 720 mil.

20. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Recuperação de despesas diversas (a)	62	1.624
Rendas de repasses Declrederer	68	74
Rendas por avais e fianças honradas	-	1
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	2	-
Crédito Receita SIPAG - Antecipação	1	-
Dividendos	215	-
Rendas Juros Cartão de Crédito	352	-
Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito	140	-
Rendas intercambio - Cartão de Crédito	129	-
Rendas intercambio - Cartão de Débito	33	-
Outras (a)	6	436
Total	1.008	2.135

a) A maior representatividade em 2014 dessa conta refere-se a devolução da contribuição efetuada para o Fundo Garantidor do Sicoob que foi extinto com a criação FGCoop no montante de R\$ 1.254 e a reversão de bônus que foi convertido em participação nos resultados.

21. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Desc. concedidos - operações de crédito	347	285
Correspondente bancário	17	-
Passivo Trabalhista	10	-
Tarifa Receb. Convenio Diversos - INSS	5	-
Cancelamento de tarifas pendentes	275	224
Fundo de Desenvolvimento	839	932
Contribuição ao Fundo ressarcimento de Fraudes Externas	17	-
Contribuição ao Fundo ressarcimento de Perdas Operacionais	10	-
Multas e Juros diversos	23	-
Provisão para Garantias Prestadas	140	-
Cofins judicial	14	-
Despesas Recursos Proagro	4	-
Diversos	20	182
Total	1.721	1.623

22. Resultado não operacional

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Lucro na Alienação de valores e bens	-	17
Ganho de Capital	14	9
Outras Rendas Não Operacionais	3	-
Prej. na Alienação de Valores e Bens	-	(5)
Perda de Capital	(2)	(5)

NOTAS EXPLICATIVAS (EM 31/12/2015 E DE 2014 | EM MILHARES DE R\$)

Perdas – Fraudes Externas	(19)	-
Perdas – Práticas Inadequadas	(5)	-
Outras Despesas Não Operacionais	-	(15)
Resultado líquido	(9)	1

23. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2015:

MONTANTE DAS OPERAÇÕES ATIVAS	% em relação à carteira total
1.884	0,28
MONTANTE DAS OPERAÇÕES PASSIVAS	% em relação à carteira total
762	0,77

Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2015:

OPERAÇÕES ATIVAS			
NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	VALOR DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	PCLD (PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA)	% DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO EM RELAÇÃO À CARTEIRA TOTAL
Cheque Especial, Conta Garantida e Adiantamento a Depositante.	48	(1)	1,18
Crédito Rural	237	(2)	1,14
Empréstimo	241	(3)	0,24
Títulos Descont.	70	(1)	0,33

OPERAÇÕES PASSIVAS – SALDO EM 31/12/2015			
Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em relação à cart. total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	183	0,06	-
Depósitos a Prazo	532	0,51	90% a 100% CDI

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

NATUREZA DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS	TAXAS APLICADAS EM RELAÇÃO ÀS PARTES RELACIONADAS	TAXA APROVADA PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO / DIRETORIA EXECUTIVA
Cheque Especial	6,97% a.m.	6,97% a.m.
Conta Garantida	5,97% a.m.	5,97% a.m.
Desconto de Cheques	1,30% a 4,00% a.m.	1,30% a 4,00% a.m.
	0,95% a 4,85% a.m.	0,95% a 7,20% a.m.
Empréstimos	CDI+0,50% a.m. a CDI+3,00% a.m.	CDI+0,50% a.m. a CDI+3,00% a.m.
	1,10% a 2,80% a.m.	1,10% a 2,80% a.m.
Crédito Rural - RPL	1,00% a a 10,50%+TR a a	1,00% a a 10,50%+TR a a
Repasses	1,33% a 4,00%	1,33% a 4,00%
	CDI + 0,30% a CDI+3,00% a.m.	CDI + 0,30% a CDI+3,00% a.m.
Aplicação Financeira	90% a 100% CDI	90% a 100% CDI

No exercício de 2015, os benefícios monetários e não monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, custeio parcial de plano de saúde, seguro de vida, previdência privada e vale alimentação, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS EXERCÍCIO DE 2015 (R\$ mil)	
Honorários e Cédula de Presença	815
Remuneração	180
Plano de Saúde / Seguro de Vida / Vale Alimentação / Previdência Privada	21

24. Cooperativa Central

O COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO SUL-LITORNEA DO ESPIRITO SANTO - SICOOB SUL LITORNEO - SICOOB SUL - LITORNEO, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCC DO ESPIRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL ES, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL ES a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB SUL - LITORNEO responde solidariamente pelas obrigações contraiadas pelo SICOOB CENTRAL ES perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL ES, em 31/12/2015, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 29/01/2016, com opinião sem modificação.

25. Gerenciamento de Risco**25.1 Risco operacional**

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAOpad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no site do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

25.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do SICOOB SUL-LITORNEO objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, o SICOOB SUL - LITORNEO aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no BANCOOB, que pode ser evidenciada em relatório disponível no site eletrônico www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, o SICOOB SUL - LITORNEO possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

25.3 Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade da contraparte não honrar o compromisso contratado e, também, da degradação da qualidade do crédito.

O gerenciamento de risco de crédito do SICOOB SUL - LITORNEO objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN 3.721/2009, o SICOOB SUL - LITORNEO aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do SICOOB, centralizada no BANCOOB, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no site eletrônico www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o SICOOB, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o SICOOB SUL - LITORNEO possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

25.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do SICOOB SUL - LITORNEO objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, SICOOB SUL - LITORNEO aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do SICOOB, centralizada no SICOOB CONFEDERAÇÃO, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no site eletrônico www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do SICOOB com objetivo de:

(a) Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do SICOOB estão sujeitas;

(b) Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do SICOOB; e

(c) Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do SICOOB.

26. Cobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 31 de Dezembro de 2015, a cooperativa é responsável por cobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 12.458 mil (doze milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

27. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

28. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR) , apurado nos termos da Resolução CMN nº. 3444, de 28/02/2007, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	2015	2014
Patrimônio de Referência	53.396	39.519
Margem de Compatibilização	33.108	22.975
Índice da Basileia	34,21%	31,05%
Margem de Imobilização	25.132	18.258

29. Contingências Passivas

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB SUL - LITORNEO, dos processos judiciais em que figura como pólo passivo, foram classificadas como perdas possíveis processos, totalizando R\$ 106 mil.

ALFREDO CHAVES-ES, 31 de dezembro de 2015

Fabricao Soares Damasceno
Diretor Executivo
CPF: 813.168.287-00

Luzia Ignez Gallina
Diretora Operacional
CPF: 009.745.227-08

Fábia Lorena Rosi Mantovanelli
Contadora CRC-ES:013.868/O-8
CPF:007.835.517-62

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO SUL-LITORNEA DO ESPIRITO SANTO - SICOOB SUL - LITORNEO
Venda Nova do Imigrante - ES

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul-Litorânea do Espírito Santo - SICOOB SUL-LITORNEO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de

RELATÓRIO DE AUDITORIA

2015 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul-Litorânea do Espírito Santo - SICOOB SUL-LITORNEO é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul-Litorânea do Espírito Santo - SICOOB SUL-LITORNEO em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Belo Horizonte, 21 de março de 2016.

Antonio Alberto Sica
Contador CRC MG 080.030/0-0 "S" ES
CNAI 1845

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O conselho fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul Litorânea do Espírito Santo – Sicoob Litorâneo em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer dos auditores externos – CNAC, datado de 21 de Março de 2016, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembléia Geral Ordinária.

Alfredo Chaves/ES, 23 de Março de 2016.

Nelson Augusto Mello Guimarães
Coordenador do Conselho Fiscal

Valentim Cardoso
Secretário do Conselho Fiscal

Renato Rosetti Conde
Conselheiro Fiscal - Efetivo